
A reforma psiquiátrica e suas contribuições para a criação da profissão de terapia ocupacional: uma reflexão
Reform psychiatric and their contributions to the creation of the profession of occupational therapy: a reflection

BRUNA RAFAELA RISSATO¹
ADILSON LOPES CARDOSO²

RESUMO: A reforma psiquiátrica trouxe muitos benefícios não só para a psiquiatria e o cuidado com doentes mentais, mas também para a criação e consolidação da profissão de Terapia Ocupacional. **OBJETIVO:** Revisar o conteúdo publicado sobre o tema no período de 2000 à 2011. **MÉTODO:** Utilizou-se a revisão integrativa, por meio do levantamento bibliográfico nas bases de dados: SciELO, Portal de Pesquisa da BVS, e as Revistas de Terapia Ocupacional da Universidades de São Paulo e Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. As palavras utilizadas na busca foram “terapia ocupacional” e “reforma psiquiátrica” no campo palavras do título. **RESULTADOS:** Foram selecionados 10 artigos nacionais relacionados ao período; neles 70% abordaram a história da reforma psiquiátrica; 60% a criação da profissão de Terapia Ocupacional e 40% como ela está na atualidade. **CONCLUSÃO:** Com base nos textos e na prática da profissional, conclui-se que a atuação do terapeuta ocupacional vem mudando ao longo dos tempos e se adaptando conforme as necessidades de seus clientes e que a reforma psiquiátrica vem sendo uma grande aliada para isso.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Reforma Psiquiátrica, Saúde Mental.

ABSTRACT: Psychiatric reform brought many benefits not only for psychiatry and mental care, but also for the creation and consolidation of the profession of occupational therapy. **INTENTION:** Review the content published on the topic from 2000 to 2011. **PROCESS:** We used the

¹Terapeuta Ocupacional e aluna do curso de especialização de Saúde Mental da UNINGÁ. Rua Américo Giovanetti, nº 503/ Vila Antonieta I/CEP: 18682-620/Lençóis Paulista/SP brunarafaelar@yahoo.com.br

²Professor Orientador Mestre em Ginecologia, Obstetrícia e Mastologia pela UNESP.

integrative review, through literature in databases: SciELO Portal Search BVS, and magazines Occupational Therapy Universities of São Paulo and Notebooks Occupational Therapy UFSCar. The words used in the search were "occupational therapy" and "psychiatric reform" in the words of the title. RESULTS: We selected 10 national articles related to the period, 70% of them addressed the history of psychiatric reform, 60% the creation of the profession of occupational therapy and 40% as it is today. CONCLUSION: Based on the texts and the practice of professional, it is concluded that the occupational therapist's practice has changed over time and adapting to the needs of its customers and that the psychiatric reform has been a great ally for this.

Key-words: Occupational Therapy, Psychiatric Reform, Mental Health

INTRODUÇÃO

A profissão de Terapia Ocupacional foi criada a partir da necessidade de buscar novas formas de tratamento, principalmente para doentes mentais, que antes excluídos da sociedade permaneciam em hospitais de longa permanência, então, programas terapêuticos baseados em atividades recreativas e laborativas foram inseridas no contexto da dinâmica institucional (MOREIRA 2008).

Tratados na marginalidade, a loucura na antiguidade grega e romana não era considerada uma doença e sim manifestações sobrenaturais, sendo às vezes queimados e acusados de bruxaria e feitiçaria. Já na Idade Média, com o declínio do poder da igreja, surgiu o termo alienado e assim também os manicômios. Pessoas que não se ajustavam a sociedade eram trancadas nestes manicômios, fossem elas portadoras de doenças infectocontagiosas, libertinos, vagabundos, mendigos, ladrões e quaisquer tipos de perturbadores da ordem social, dentre eles os doentes mentais. Esses manicômios não tinham o intuito de tratar, apenas de asilar e excluí-los do restante da sociedade (MILANI, VALENTE, 2008).

Pinel, médico pioneiro no tratamento de doentes mentais criou o tratamento moral onde o norte deste tratamento era o trabalho (LIMA, 2006). Seu tratamento baseava-se em medidas humanitárias, tratando estes indivíduos realmente como doentes.

“O corpo deveria ser submetido, educado pelo exercício e o trabalho seria a base desse processo. Era necessário construir uma ideia de vigilância e da imagem que se configurava pela presença do psiquiatra, essa imagem era

um instrumento fundamental da terapêutica” (MILANI; VALENTE, 2008).

Este tipo de tratamento foi sendo substituído ao longo dos anos e o modelo de Pinel, que era exclusivamente asilar foi revisto, surgindo novas propostas de tratamento, dando início a conhecida Reforma Psiquiátrica (RIBEIRO; MACHADO, 2008).

OBJETIVO

Sintetizar o conhecimento produzido e publicado na literatura e na legislação nacional, no período de 2000 a 2011, sobre a relação entre a Reforma Psiquiátrica e a origem da profissão de Terapia Ocupacional.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, com coleta de dados de literatura nacional. Foram consultados artigos científicos com base em: SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Pesquisa da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), e devido a escassez de material, foi utilizado como fonte de pesquisa, a Revista de Terapia Ocupacional da USP (revista indexada) e os Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, que apesar de não indexado, é referência na profissão. Para a Busca, foram utilizadas as seguintes palavras chave: Terapia Ocupacional e Reforma Psiquiátrica.

REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

Com o passar dos anos, no exterior, a psiquiatria começou a ser estudada e reconhecida como especialidade médica, onde as propostas de intervenção tinham os objetivos de administração de psicofármacos e contenção de sintomas por meio de internação psiquiátrica (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2005).

Isto se deu início principalmente após a II Guerra Mundial, onde o modelo de tratamento que privilegiava o asilamento começou a ser substituído por novas propostas de tratamento, principalmente na Europa e nos Estados Unidos (RIBEIRO; MACHADO, 2008).

No Brasil, esta reforma, aconteceu de uma maneira mais tardia. Os hospitais psiquiátricos brasileiros construídos a partir de meados do séc. XIX seguiram o modelo de Pinel, sendo construídos com terrenos amplos para que os pacientes tivessem espaço para o cultivo e demais oficinas

terapêuticas, dando ocupação aos doentes crônicos com o objetivo de restaurar sua capacidade funcional (LIMA, 2006).

No período da ditadura militar, o país passava por várias transformações. A saúde pública foi privatizada e conseqüentemente a qualidade da assistência foi prejudicada devido a falta de investimento do governo. Os doentes mentais eram internados em leitos de hospitais particulares onde os donos dos hospitais visavam apenas o lucro, fazendo assim, com que a população de pacientes aumentasse cada vez mais, diminuindo a eficácia e sucateando o tratamento. Essa condição manteve-se até a década de 1970, onde começaram a surgir as conferências de saúde e discutiam-se novas abordagens e modelos de assistenciais (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2005).

“Após sucessivas transformações, a psiquiatria insinuou-se em um novo cenário no Brasil: alguns setores da sociedade civil passaram a se mobilizar em favor da luta pelos direitos dos pacientes, abrindo espaço nos meios universitários, intelectuais e nas próprias instituições psiquiátricas para novas discussões sobre a loucura. Esse movimento denominou-se Reforma Psiquiátrica Brasileira e se constituiu, até os dias atuais, no movimento de garantia das mudanças assistenciais em saúde mental.” (RIBEIRO; MACHADO, 2008).

Começaram então a ser criados os serviços substitutivos de saúde mental. Estes serviços visavam substituir o modelo hospitalocêntrico (modelo de tratamento centrado no hospital), surgindo novas propostas terapêuticas diferentes das tradicionais, levando em conta a individualidade de cada paciente (RIBEIRO; MACHADO, 2008).

Para isto, foram criadas novas políticas públicas para assegurar os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais (MOREIRA, 2008).

No ano de 2001, foi criada a lei de nº10.216, que vigora os direitos de pessoas com transtornos mentais, regulamentando novas formas de tratamento. Segundo esta lei o paciente deve ser tratado sem qualquer tipo de distinção e preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental, pois a internação hospitalar só deverá acontecer no momento em que os recursos extra-hospitalares forem insuficientes na terapia do indivíduo, pois o tratamento deverá sempre visar a reinserção social do paciente em seu meio (BRASIL, 2001).

E a partir desses fatos, não só o Brasil, mais como vários outros países passaram por reformulações em sua assistência psiquiátrica, e para

Mângia; Rosa (2002), após as criações de política de saúde mental o comprometimento com as novas formas de cuidado foram se expandindo, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida do indivíduo, garantindo seus direitos e o seu poder na sociedade.

Atualmente o serviço público oferece vários tipos de programas de saúde mental, que vão desde o desvínculo do morador do hospital psiquiátrico dos tempos de asilamento, ao atendimento nas unidades básicas de saúde, na prevenção dos primeiros sintomas. Conforme Brasil (2005), os principais serviços são as Residências Terapêuticas, os CAPS, PSF, Centros de Convivência, Ambulatórios de Saúde Mental, o Programa de Volta para Minha Casa, leitos em Hospitais Gerais destinados aos pacientes em surtos e os Hospitais Psiquiátricos com internações de curta permanência, além das estratégias para a sua redução progressiva.

A HISTÓRIA DA TERAPIA OCUPACIONAL E A SUA CONTRIBUIÇÃO NA SAÚDE MENTAL AO LONGO DOS ANOS

A Terapia Ocupacional é uma profissão da saúde, que sempre atuou na área da reabilitação, fazendo o uso da ação humana como recurso terapêutico. Ela surgiu de duas vertentes, a restauração de incapacitados físicos, principalmente os soldados de guerra, e da ocupação de pacientes crônicos em hospitais de longa permanência (MOREIRA, 2008). E mesmo não sendo reconhecida como profissão, já se fazia uso de atividades como recurso terapêutico desde o século XVIII (MEDEIROS, 2008).

Como profissão, a Terapia Ocupacional surgiu nos Estados Unidos, e sua primeira escola, criada por volta de 1915 tinha como principal objetivo reabilitar soldados incapacitados físicos e mentais da primeira Guerra Mundial, e após a segunda Guerra, é que a profissão chegou ao Brasil, onde primeiramente atuava na área física e foi gradualmente, incorporada na saúde mental (MOREIRA, 2008). Sua prática era exclusivamente hospitalocêntrica, ocupando os pacientes e mantendo a organização dos hospitais psiquiátricos (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2005).

Por volta dos anos 70 e 80, juntamente com o início da Reforma Psiquiátrica no Brasil, os terapeutas ocupacionais começaram a repensar suas intervenções em saúde mental e rever novas possibilidades de tratamento que fossem realmente terapêuticas (MOREIRA, 2008). Desse

modo, atuaram como coadjuvantes da luta antimanicomial e na criação dos serviços substitutivos (JUNS; LANCMAN, 2008).

Com a mudança do perfil dos pacientes atendidos na saúde mental, os terapeutas ocupacionais passaram a ter sua prática voltada para o atendimento extra-hospitalar, criando novas maneiras de intervenção, formando assim, uma identidade mais dinâmica, auxiliando o indivíduo na sua reinserção social, propondo condições que minimizem o seu sofrimento tanto mental, quanto social (MOREIRA, 2008).

O terapeuta ocupacional utiliza de vários meios como recursos em seu atendimento, e a arte é um recurso muito utilizado no tratamento de doentes mentais, e conforme Almeida e Trevisan (2010) a arte como recurso terapêutico tem como pressuposto que a partir da manipulação de objetos artísticos é possível a criação de novas possibilidades de expressão e comunicação.

Atualmente, o terapeuta ocupacional abrange toda a rede social do indivíduo (família, amigos, trabalho), sendo mais centrada no cliente, tratando-o de forma única e singular, investindo na relação entre terapeuta e paciente, fazendo com que o mesmo seja um sujeito ativo na construção de seu projeto terapêutico (MÂNGIA, 2002).

RESULTADOS

Devido à escassez de material que abordava o assunto, foram escolhidos apenas 10 artigos para a presente revisão, onde sua maioria foi encontrada na Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, referência na profissão.

Em 70% dos artigos (n=7), discutia-se a história da loucura e a Reforma Psiquiátrica (ALMEIDA; TREVISAN, 2010; MÂNGIA; ROSA, 2002; MILANI; VALENTE, 2008; RIBEIRO; MACHADO, 2008; LIMA, 2006; MOREIRA, 2008 e RIBEIRO; OLIVEIRA, 2005).

Já em 60% dos artigos (n=6), foi discutida a criação da Profissão de Terapia Ocupacional (MOREIRA, 2008; MEDEIROS, 2008; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2005; JUNS; LANCMAN, 2008; ALMEIDA; TREVISAN, 2010 e MÂNGIA, 2002).

E por fim, 40% (n=4) discutiram como a profissão trabalha na atualidade (MEDEIROS, 2000; MÂNGIA, 2002; RIBEIRO; MACHADO, 2008 e ALMEIDA; TREVISAN, 2010).

REFLEXÕES

Segundo Medeiros (2000), a Terapia Ocupacional e todas as profissões de saúde, se alteram ao longo dos anos, conforme vão mudando-se os valores e as formas de intervenção.

E hoje, diferente de tempos atrás, que apenas mantínhamos a manutenção da dependência e do asilamento institucional, Mângia, (2002), nós terapeutas ocupacionais, devemos ser facilitadores do processo de transformação do indivíduo, eliminando seu mal estar psíquico, e oferecendo novas oportunidades para o seu crescimento individual e social (RIBEIRO; MACHADO, 2008).

Pois para Almeida e Trevisan (2010) o diferencial da Terapia Ocupacional não se pauta somente em seu objeto de estudo (a atividade humana), mas sim no processo e na forma de como ele trabalha.

CONCLUSÃO

O tema discutido mostrou certa escassez de publicações científicas que abordavam a relação entre a Reforma Psiquiátrica e a criação da Profissão de Terapia Ocupacional, sendo que apenas um artigo atendeu diretamente ao objetivo deste estudo.

Por fim, conclui-se que após a reforma psiquiátrica vieram junto novas formas de cuidado, e esse novo olhar, permitiu que terapeutas ocupacionais definissem um novo perfil profissional, se adequando a reabilitação psicossocial. Hoje, a prática profissional, se molda conforme as necessidades de cada indivíduo, estando sempre em uma constante transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.T.; TREVISAN, E.R. Estratégias de intervenção da Terapia Ocupacional em consonância com as transformações da assistência em saúde mental no Brasil. **Rev Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v.15, n.36, 2010.

BRASIL. Lei n. 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental no Brasil.** Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília, 2005.

JUNS, A.G.; LANCMAN, S. O Trabalho Interdisciplinar no CAPS e a Especificidade do Trabalho do Terapeuta Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.22, n.1, p.27-35, 2011.

LIMA, E.M.F.A. A Saúde Mental nos Caminhos da Terapia Ocupacional. **O Mundo da Saúde**, v.1, p.117-22, 2006.

MÂNGIA, E.F. Contribuições da Abordagem Canadense “Prática de Terapia Ocupacional Centrada no Cliente” e dos Autores da Desinstitucionalização Italiana para a Terapia Ocupacional em Saúde Mental. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.13, n.3, p.127-34, 2002.

MÂNGIA, E.F.; ROSA, C.A. Desinstitucionalização e serviços residenciais terapêuticos. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.13, n.2, p.71-7, 2002.

MEDEIROS, M.H.R. A Terapia ocupacional em relação à produção de conhecimento. **Cadernos de terapia ocupacional da UFSCar**, v.8, n.1, p.61-8, 2000.

MILANI, H.F.B; VALENTE, M.L.L.C, 2008. O Caminho da Loucura e a Transformação da Assistência aos Portadores de Sofrimento Mental. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180669762008000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 de setembro de 2013.

MOREIRA, A.B. Terapia Ocupacional: História Crítica e Abordagens Territoriais/Comunitárias. **Revista Vita et Sanitas**, v.2, n.2, p.79-91, 2008.

RIBEIRO, M.B.S.; OLIVEIRA, L.R. Terapia Ocupacional e Saúde Mental: Construindo Lugares de Inclusão Social. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v.9, n.17, p.425-31, 2005.

RIBEIRO, M.C.; MACHADO, A.L. A Terapia Ocupacional e as Novas Formas do Cuidar em Saúde Mental. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.19, n.2, p.72-75, 2008.

Enviado em: outubro de 2013.

Revisado e Aceito: novembro de 2013.